



Pinga Fogo

Saúde do RS na emergência

A questão da saúde no Rio Grande do Sul é um problema sério, que merece esclarecimentos. O atual governo reconhece em seu portal da transparência que deve R\$ 250 milhões aos hospitais filantrópicos e prefeituras, referentes a 2014, mas não apresenta um calendário para pagamento. Este ano, excluiu do orçamento (mesmo com a aprovação na Assembleia Legislativa) o Incentivo de Cofinanciamento da Assistência Hospitalar (PIES-IHOSP) para as Santas Casas e hospitais filantrópicos, que representa cerca de 25% a 30% dos contratos feitos em 2014.

Segundo o presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do RS (FEESSERS), Milton Kempfer, as consequências para os trabalhadores já estão acontecendo: salários sem reajuste adequado, alguns atrasos e não pagamento de 13º salário devido de 2014. “Uma coisa é certa: nós

não vamos pagar a conta, nem voltar ao passado dos atrasos salariais, demissões e acúmulo de trabalho para quem fica”, diz. Ao mesmo tempo, a população começa a sofrer com a redução dos atendimentos, que devem se agravar a partir de junho,

quando as Santas Casas e os hospitais filantrópicos reduzirão em 17% o número de consultas clínicas, pediátricas e internações cirúrgicas. Com isso, “devemos preparar a sociedade para o agravamento das doenças e possíveis mortes”, alerta Kempfer.

SARTORI CORTA VERBAS DA SAÚDE!



MPs em tramitação no Congresso retiram direitos dos trabalhadores

A Medida Provisória 665/14 foi aprovada pelos deputados na semana passada e agora segue para o Senado. O placar foi de 252 votos a favor e 227 contra. A medida dificulta a obtenção do seguro-desemprego, do abono salarial e do

seguro-defeso. De acordo com a proposta, o trabalhador terá direito ao seguro-desemprego se tiver trabalhado por pelo menos 12 meses ininterruptos nos 18 meses anteriores à demissão. Antes, o trabalhador precisava de apenas seis meses.

O texto da MP 664/14, que altera as regras para concessão de pensão por morte e auxílio-doença, está previsto para ser apreciado na Câmara esta semana. Somos contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

Orçamento da União e gastos públicos

No mês de abril o Congresso Nacional decretou a Lei Orçamentária Anual (LOA), estimando uma receita total para o exercício financeiro deste ano em R\$ 2,982 trilhões. As despesas são fixadas em igual valor. Do total das despesas orçadas pelo governo federal, R\$ 904,5 bilhões serão destinadas para o refinanciamento da dívida pública federal, ou seja, para a substituição de títulos anteriormente emitidos por novos, a chamada “rolagem da dívida”. A dívida pública contempla ainda o pagamento de juros no valor de R\$ 225,2 bilhões e amortização no valor de R\$ 262,8 bilhões. O total da dívida pública corresponderá em torno de R\$ 1,4 trilhão, o equivalente a 47% do total das despesas do governo.

A cada 1% de aumento da taxa de juros (Selic), o gasto com a rolagem da dívida aumenta em cerca de R\$ 20 bilhões. Veja na tabela os outros gastos previstos pelo governo este ano.

Discriminação	Total bilhões R\$	% do total
Total das Despesas	2.982,55	100%
Refinanciamento da Dívida Pública	904,5	30%
Amortização	262,8	9%
Juros	225,2	8%
Total da dívida Pública	1.392,50	47%
Seguridade Social	693,39	23%
Investimentos das Estatais	105,7	4%
Saúde	112,79	4%
Educação	105,083	4%

Fonte: LOA/2015

Diferença entre renda e salário

É bastante comum as pessoas fazerem confusão entre salário e renda. Você sabe a diferença?

O salário é o fruto do trabalho, portanto só o recebe quem cumpriu a sua jornada e produziu. Quando a pessoa para de trabalhar, fica sem o seu salário. Outra característica é que o salário deriva de um trabalho que, invariavelmente, gera riqueza para a economia.

Já a renda é composta por toda a receita recebida através de investimentos ou de dinheiro acumulado, como poupança, fundos de renda fixa e imóveis. Ela geralmente é resultado de especulação financeira e não está necessariamente vinculada à produção real da economia. A renda especulativa, na maioria das vezes, está atrelada às taxas de juro do país.

Conservadorismo que fere a democracia

A Proposta de Emenda à Constituição 457/05, conhecida como PEC da Bengala, foi promulgada pelo Congresso Nacional e nada mais é do que a alteração de 70 para 75 anos da idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

As consequências da aprovação da PEC da Bengala ferem diretamente o próprio regime da democracia brasileira uma vez que a Presidência perde um dos direitos previstos na Constituição – que é o de indicar ministros ao Supremo. Além disso, também se perde a possibilidade de oxigenar os tribunais e de se renovar os magistrados. Ou seja, a medida tem um tom puramente conservador, uma vez que não permite que se renove e se crie novos perfis políticos que se adequem ao novo momento político e social do País. Ponto negativo para o povo e para a democracia.

A política é parte do nosso dia a dia

Bertolt Brecht dizia que “o pior analfabeto é o analfabeto político”. O dramaturgo alemão se referia à importância da política que permeia todas as áreas de nossas vidas e muitas vezes não percebemos. A sua vida e a vida dos que o cercam dependem das decisões tomadas por você e por aqueles que mal ou bem o representam. Reside aí a importância da política na vida das pessoas.

A política não pode ser confundida com “politicagem”. Deve ser considerada como um exercício de poder e negociação, que pode ser executado em todos os ambientes possíveis: em casa, no trabalho, na feira, no partido, na associação, nos parlamentos e governos, enfim, em qualquer lugar onde se busca defender direitos e interesses particulares ou de uma coletividade.

Para a classe trabalhadora, a política é fundamental. Por meio dela se elegem representantes que constroem ou modificam leis, inclusive trabalhistas, que vão reger a vida de todos. Por exemplo, na Constituição de 1988 reduzimos a jornada de trabalho para 44 horas, criamos o aviso-prévio proporcional, a licença-maternidade entre outras conquistas alcançadas.



Publicação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul e sindicatos filiados

Endereço da FTMRS: Rua Voluntários da Pátria, 595, 10º andar, sala 1007 - Centro - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: 51 3228-4877
Presidente: Jairo Carneiro - Jornalista Responsável: Janaína C. Capeletti MTB 9869 - Colaboradores: Carina Weber, Cristina Vieceli, Geraldo Muzykant, Natália Dalla Nora, Renata Machado e Rita Garrido - Diagramação: Prya Estúdio de Comunicação